



ATA DA 63ª (SEXAGÉSIMA TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

1 – Data, hora e local da realização:

Reunião realizada no dia 19 (dezenove) do mês de março de 2021. Em atendimento às recomendações contidas nos Decretos nº 64.862/2020 e 64.864/2020, que tratam de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19, a 63ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE ocorreu de modo “virtual”, por vídeo conferência (Microsoft Teams®), das 09hs às 13h10 horas.

2 – Participantes:

Afonso Antonio Hennel – membro do CAE
Elionor Farah Jreige Weffort – Coordenadora do CAE
Silverio Crestana – membro do CAE

Secretaria de Governança:

Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob
Leila Cristina P. R. Serrano

3 - Assuntos:

3.1 - Planejamento das reuniões e Relatório Anual do CAE

Documentos disponibilizados:

- Pauta da Reunião;
- Minuta do Relatório Anual do CAE.

Foram discutidos ajustes na minuta do Relatório Anual do CAE. A Secretaria enviará aos membros a minuta revisada. Foi solicitado pelo CAE a inclusão dos seguintes assuntos nas próximas reuniões: concessão das Linhas 8 e 9; autoavaliação do CAE; e avaliação da auditoria independente.

3.2 – Auditoria

Convidado:

- Juliana Stark (DRAU – Auditoria interna)

Documentos disponibilizados:

- Relatório de Atividades até 04-03-202

- Planilha - Avaliação Auditoria pelo CAE - 2020 base 2019
- REL58421 - Metas Empresariais - CPTMDCI202100348

A Sra. Juliana apresentou o relatório de atividades da auditoria interna, destacando, entre outros aspectos, o treinamento da equipe e a meta de certificação. Informou que a DRAU está em trabalho conjunto com o RH para buscar o treinamento ideal de acordo com o perfil de cada profissional. Mencionou, ainda, que ela e parte de sua equipe (Sr. Silas e Sra. Erika) farão a prova para certificação de auditores internos, como etapa para a obtenção posterior de certificação da Companhia.

Questionada sobre os trabalhos da auditoria interna no Canal de Denúncias, a Sra. Juliana informou que o plano será alterado para contemplar a junção em curso do Canal de denúncias e Comitê de Ética. O CAE manifestou a preocupação em assegurar, conforme prescrito na Lei 13.303, o acesso do denunciante e seu anonimato, bem como a independência no recebimento e apuração de denúncias. Solicitou o CAE, neste sentido, que, tão logo concluídos os trabalhos, seja enviado e apresentado relatório.

Em relação aos processos de avaliação, o CAE manifestou a necessidade de fazer a avaliação periódica da auditoria interna e solicitou à Sra. Juliana (DRAU) o envio por e-mail do formulário anteriormente utilizado. O CAE sugeriu adicionalmente que fosse realizada a avaliação da auditoria independente. A Sra. Juliana ponderou que a avaliação não fosse adotada para o contrato atual porque não previsto inicialmente. O CAE não se opôs que a avaliação da Auditoria Independente seja realizada com a próxima empresa a ser contratada, mas enfatizou que a avaliação não é no sentido punitivo, busca sim a melhoria constante nos serviços prestados à Companhia. Sugeriu que o jurídico fosse consultado a respeito.

Síntese dos comentários e recomendações do CAE: O CAE elogiou o engajamento da equipe da auditoria interna e manifestou seu contínuo apoio à certificação da área. Sugeriu adicionalmente que a equipe faça o curso da Deloitte em Compliance e Gestão de Risco, já em andamento na CPTM. Em relação ao processo de avaliação, recomendou que seja realizada, como no ano anterior, a avaliação da auditoria interna e que seja consultado o jurídico sobre a possibilidade de implantar a avaliação da auditoria independente.

3.3 - Gerência de Conformidade, Controles Internos e Riscos

Convidado:

- Sérgio de Carvalho Junior (GRI)

Documento disponibilizado:

- Apresentação CAE agosto – 2020.

Em relação ao desenvolvimento da Matriz de Riscos, o Sr. Sérgio fez uma exposição sobre o mapeamento dos Processos nas gerências, bem como as entrevistas realizadas, informando que, no mês de abril, será este processo

junto aos diretores. Foram solicitados diversos esclarecimentos pelo CAE, em especial, em relação às etapas subsequentes e prazos.

Sobre a LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados, o Sr. Sérgio informou que não foi contratada empresa de consultoria para suporte à CPTM no processo de adequação à Lei, de modo que um grupo de trabalho interno, que conta com a GRI e a Sra. Olívia Shibata Nishiyama DPO – Encarregada de Dados, está mapeando os dados sensíveis e desenvolvendo modelos de consentimento.

Monitoramento do Código de Conduta

Questionado pelo CAE sobre o Código de Conduta da CPTM, o Sr. Sérgio informou que está em processo de revisão junto com a GRJ e que, no começo de maio, será apresentada a revisão do CCI – Código de Conduta e Integridade.

O CAE perguntou se a GRI está atenta aos riscos cibernéticos. O Sr. Sérgio respondeu que a CPTM está preparada com todo suporte necessário, a fim de evitar quaisquer tipos de riscos.

Síntese dos comentários e recomendações do CAE: O CAE solicitou que a apresentação da GRI sobre a matriz de riscos seja revista para: (a) atualização constante do status dos trabalhos e; (b) detalhamento das ações e cronograma visando o desenvolvimento da matriz de riscos e adequação da Companhia ao estipulado pela Lei 13303 no que concerne à gestão de riscos em estatais. Sobre a LGPD, o CAE reiterou sua preocupação em relação ao cumprimento do prazo para adequação à Lei e os riscos para a Companhia; solicitando que seja apresentado cronograma abrangente com etapas, ações e prazos. Solicitou que a minuta do Código de Conduta e Integridade seja apresentada ao CAE quando finalizada sua revisão pelas áreas responsáveis, ressaltando a importância de alinhá-la aos normativos vigentes, bem como, sua constante atualização à realidade da CPTM. Outra preocupação manifestada pelo CAE foi em relação aos riscos cibernéticos, de modo que recomendo à GRI especial atenção a eles tanto nos controles internos como em seu correto endereçamento na matriz de riscos. Por fim, considerando que os controles internos estão sob responsabilidade da GRI, o CAE solicitou que, assim que for disponibilizada a carta de controles internos pela auditoria independente, a GRI apresente suas considerações para o CAE, incluindo os planos de ação para endereçar eventuais fragilidades que possam ter sido identificadas,

3.4 – Ouvidoria

Convidado:

- Claudia Alves de Freitas

Participação especial:

- Pedro Tegon Moro (Presidente)

Documento disponibilizado:

- Relatório Canal de Denúncias - Anual 2020 e 2021

O Sr. Pedro Moro, Presidente da Companhia, pediu para participar da apresentação e discussão deste tópico, ao que o CAE não se opôs.

A Sra. Claudia apresentou o os Relatórios Anual 2020 e parcial 2021 do Canal de Denúncias e; o Fluxograma do Canal de Denúncias. A Sra. Cláudia apresentou como e por quais canais as denúncias são recebidas, destacando que as denúncias são enviadas ao Comitê de Ética para apuração e, após a conclusão, enviadas à Diretoria Colegiada para homologação.

O CAE questionou, ainda, sobre o fluxo de eventual denúncia realizada contra algum conselheiro e/ou executivo e sobre a necessidade de discutir como se dará a participação do CAE.

O Sr. Pedro Moro entende que o CAE não participa do fluxo de recebimento e apuração de denúncias, limitando-se a receber os Relatórios periódicos do Canal de Denúncias, contendo o relatório de conclusão das apurações.

O CAE agradeceu a presença da Ouvidora e do Presidente da Companhia.

Síntese dos comentários e recomendações do CAE: O CAE ressaltou a importância de assegurar, nos termos da Lei nº 13.303, que o Comitê tenha meios para receber denúncias, internas ou externas, sigilosas ou não, em assuntos relacionados ao escopo de suas atividades. Sugeriu, nesse sentido: (a) estudo para contratação de empresa externa para recebimento de denúncias, que poderia trazer maior controle ao processo, ampliar o acesso de denunciante internos e externos e garantir a confidencialidade/proteção do denunciante e; (b) rever o fluxo de recebimento e apuração de denúncias para permitir acesso ao CAE (desde que sujeito a termo de confidencialidade) e agilidade na comunicação ao Conselho, em especial em eventuais denúncias de alto risco.

3.5 – Efeitos da Pandemia da COVID-19

Participação especial:

- Pedro Tegon Moro (Presidente)

Aproveitando a presença do Presidente Pedro Moro, o CAE solicitou informações atualizadas sobre os efeitos da COVID-19 e as medidas tomadas, abrangendo percentual da frota em operação, queda no movimento da CPTM, profissionais da CPTM com COVID-19, providências e medidas de prevenção e vacinação da categoria ferroviária como prioritária por tratar-se de atividade essencial.

Síntese dos comentários e recomendações do CAE: Após os questionamentos o CAE agradeceu a presença do Presidente da Companhia, parabenizando pelos esforços.

3.6 - Bilhete Único – Monitoramento

Convidados:

- Gilsa Eva de Souza Costa (DF)
- Fernando Henrique de Moraes (DPEP)

Documentos disponibilizados:

- Fluxo de caixa financeiro previsto de 2021 (com PDI)
- Apresentação - Convênio de Integração tarifária com o Bilhete Único
- CT. PR 035-2020 - Atualização de percentual de rateio do BU
- CT PR 018_2020
- CT_P_068_2020_DF_GEF - Pedro Moro CPTM - Resposta CT PR 018 e 035 2020
- OF027_2021 - Atualização de percentual de rateio do BU - METRO

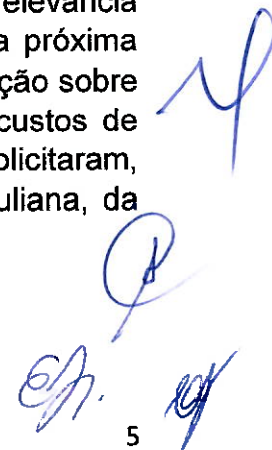
O Sr. Fernando (DPEP) fez a apresentação sobre o B.U. – Bilhete Único. Em breve histórico, informou que o Convênio de Integração Operacional e Tarifária para uso do Bilhete Único foi implantado em 2004 E que, em 2005, foi firmado o Convênio entre a Prefeitura de São Paulo, o Metrô e a CPTM. Regulamentação da Resolução STM 81 – Integração Tarifária. Apresentou a síntese da operacionalização do convênio, gestão e partilha de receitas.

O CAE questionou sobre o custo da prestação de serviço (quanto o operador de serviço cobra) e sua composição. O Sr. Fernando explicou que a SPTRANS detalha para a CPTM os valores com os custos incorridos e pode buscar registros a respeito.

O CAE questionou se a empresa que vencer a licitação da Concessão das Linhas 8 – Diamante e 9 – Esmeralda terá os mesmos benefícios que a SPTRANS, o Metrô e a Via 4 tem hoje na prioridade de saque na clearing; ponderando que isso colocaria a CPTM em posição ainda mais desfavorável na partição das receitas do BU.


Síntese dos comentários e recomendações do CAE: Em virtude da relevância do tema para a saúde financeira da CPTM, o CAE solicitou que na próxima reunião Sr. Fernando (DPEP) e Dra. Gilsa (DF) retomem a apresentação sobre o Bilhete Único, buscando informações mais detalhadas sobre os custos de administração e histórico de pagamentos e saques no Convênio. Solicitaram, ainda, que a próxima apresentação seja acompanhada pela Sra. Juliana, da Auditoria Interna.

4 - Pendências:



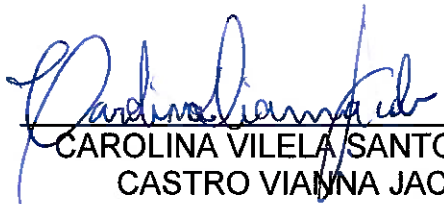
PENDÊNCIAS	
Assuntos	Responsável
Parecer do Jurídico sobre possibilidade de implantar avaliação da Auditoria Independente	DRAU – Juliana Starck e Jurídico
Relatório Trimestral da GRI com detalhamento e atualização das informações	GRI – Sérgio de Carvalho Júnior
Cronograma detalhado das ações e prazos para mapeamento de riscos e desenvolvimento da Matriz de Riscos	GRI – Sérgio de Carvalho Júnior
Cronograma detalhado das ações e prazos para adequação da CPTM às diretrizes da LGPD	GRI – Sérgio de Carvalho Júnior e DPO – Olivia Shibata Nishiyama
Análise da Carta de Controles Internos da Auditoria Independente e planos de ações da GRI junto às áreas	GRI – Sérgio de Carvalho Júnior
Minuta do Código de Conduta e Integridade revisado	GRI – Sérgio de Carvalho Júnior
Histórico financeiro (saques e custos de administração) do Bilhete Único	DF – Dra. Gilsa Eva de Souza Costa e DPEP - Fernando Henrique de Moraes

NADA MAIS havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata.


 ELIONOR FARAH JREIGE
 WEFFORT
 Coordenadora


 AFONSO ANTONIO HENNEL
 Membro


 SILVERIO CRESTANA
 Membro


 CAROLINA VILELA SANTORO DE
 CASTRO VIANNA JACOB
 Secretária